

**Destinatários:**

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

**264 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 2 a 13 de fevereiro de 2026**

|                                                                                               |          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>1. JORNADA DE REFLEXÃO DO CONSELHO EUROPEU SOBRE A COMPETITIVIDADE</b>                     | <b>1</b> |
| Cimeira Industrial de Antuérpia                                                               | 2        |
| <b>2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE</b>                                                               | <b>3</b> |
| Propostas para enfrentar a crise da habitação na União Europeia                               | 3        |
| Aprovação de empréstimos de 90 mil milhões de euros para a Ucrânia                            | 3        |
| Deputados apelam a apoio militar imediato à Ucrânia após visita a Kyiv                        | 4        |
| Compromisso sobre aplicação do acordo comercial UE–Estados Unidos                             | 4        |
| Eslováquia - debate sobre o estado de Direito                                                 | 4        |
| Parcerias de Defesa                                                                           | 5        |
| Presidente da AGNU - reforço do multilateralismo e da ordem internacional baseada em regras   | 5        |
| Outros debates e resoluções                                                                   | 5        |
| <b>3. REUNIÕES DOS MINISTROS DA DEFESA DA NATO E DA UE</b>                                    | <b>5</b> |
| NATO                                                                                          | 5        |
| Instrumento SAFE: assistência financeira e participação do Canadá                             | 7        |
| <b>4. PARECER DA ADVOGADA-GERAL RELATIVO AO LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO DE FUNDOS À HUNGRIA</b> | <b>7</b> |
| Contexto                                                                                      | 7        |
| O parecer da Advogada-Geral                                                                   | 8        |
| <b>5. EUROBARÓMETRO - CATÁSTROFES NATURAIS</b>                                                | <b>8</b> |
| <b>6. REUNIÕES DO CONSELHO</b>                                                                | <b>9</b> |
| <b>7. AGENDA</b>                                                                              | <b>9</b> |
| Conselho Europeu                                                                              | 9        |
| Parlamento Europeu                                                                            | 9        |
| Comissão Europeia                                                                             | 9        |
| Conselho da UE                                                                                | 9        |

## 1. JORNADA DE REFLEXÃO DO CONSELHO EUROPEU SOBRE A COMPETITIVIDADE

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, convocou um **retiro informal dos Chefes de Estado ou de Governo**, realizado em 12 de fevereiro de 2026, no Castelo de Alden Biesen, dedicado ao **reforço do Mercado Único num contexto geoeconómico exigente** (detalhe [aqui](#)). Na carta de convite ([aqui](#)), anunciou a intenção de conferir, em 2026, prioridade política à competitividade, tendo convidado Mario Draghi e Enrico Letta a contribuir para a reflexão, que deveria contribuir para o Conselho Europeu formal de março.

Importa dar nota de que, numa entrevista prévia ao *Financial Times* (a 12 de fevereiro, [aqui](#) para assinantes), António Costa, defendeu a necessidade de um verdadeiro “*choque reformador*” em matéria regulatória (“*big bang on regulation*”), afirmando que a União Europeia (UE) precisa de um novo impulso político para superar a inércia que tem prejudicado a sua competitividade face aos Estados Unidos e à China. “*Precisamos de dar um novo impulso político. Precisamos de fazer em 2026, na competitividade, o que fizemos no ano passado na defesa*”, declarou, sustentando que os entraves resultam tanto de excessos regulatórios a nível europeu como da atuação das administrações nacionais. Apelou a uma mensagem política clara contra a prática de agravamento nacional das normas europeias, que multiplica encargos administrativos.

Reiterando que a União deve permanecer um “*mercado aberto*” e rejeitar o protecionismo, advertiu, contudo, que “*não podemos ser ingénuos*” e que, perante situações de concorrência desleal ou utilização do comércio como instrumento de coerção, “*temos de reagir*” e mobilizar os instrumentos disponíveis, incluindo medidas de retaliação e uma eventual revisão das regras de concorrência que permita às empresas europeias ganhar escala. Quanto à proposta de uma política de “*preferência europeia*”, considerou que deve constituir uma exceção, circunscrita a tecnologias críticas e setores estratégicos, e manifestou reservas quanto ao recurso imediato à cooperação reforçada, afirmando que, neste momento, os 27 Estados-Membros demonstram um “*claro sentido de urgência*” para avançar conjuntamente na agenda da competitividade.

Na conferência de imprensa que se seguiu a este retiro informal ([aqui](#)), António Costa indicou que o debate gerou “*nova energia e um sentido de urgência partilhado*” e permitiu preparar decisões concretas a adotar no Conselho Europeu de março, nomeadamente quanto ao avanço da agenda de simplificação regulatória, acolhendo o desafio lançado por Enrico Letta de evoluir para “*one market for one Europe*” já em 2026 e 2027. Foi igualmente assinalado o consenso em acelerar, ainda este ano, a criação do chamado “**28.º regime**”, permitindo às empresas operar em todos os Estados-Membros com um conjunto único de regras societárias. Para mais informação sobre o conceito deste 28.º regime, disponibilizamos este [briefing](#) do think-tank do PE.

O Presidente referiu ainda convergência quanto à possibilidade de consolidação empresarial em setores estratégicos, como as telecomunicações, no quadro de um “*contrato social*” que assegure maior investimento e inovação, favorecendo o surgimento de “*verdadeiros campeões europeus*”, no contexto da revisão das orientações em matéria de concentrações. Reiterou que a *transição energética* constitui a melhor estratégia estrutural para reduzir preços e reforçar a autonomia estratégica, defendendo, contudo, soluções pragmáticas de curto prazo adaptadas às especificidades nacionais e setoriais. Foi igualmente destacada a necessidade de proteger e reforçar indústrias estratégicas — designadamente defesa, espaço, tecnologias limpas, computação quântica, inteligência artificial e sistemas de pagamentos — através da identificação de dependências e da sua mitigação por via da diversificação, admitindo-se o recurso a uma “*preferência europeia*” de forma proporcional e direcionada.

Por fim, sublinhou que “*não há competitividade sem mais investimento*”, registando apoio unânime à aceleração da União das Poupanças e dos Investimentos, com vista a mobilizar poupanças europeias para investimento na Europa, sem prejuízo do papel determinante do investimento público, a enquadrar no debate sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual. Reafirmou que a União permanece aberta ao comércio internacional, defendendo uma política comercial ambiciosa e pragmática orientada para a diversificação.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, por seu lado, apresentou o slogan “*One Europe, One Market*” como a ambição central da agenda da competitividade, afirmando que o objetivo é alcançar resultados concretos até ao final de 2027 (declarações [aqui](#)) Anunciou que apresentará no Conselho Europeu de março um Roteiro e Plano de Ação detalhado, estruturado em cinco pilares: *redução dos encargos administrativos, aprofundamento do Mercado Único, construção de um mercado único da energia, reforço do pilar digital e dinamização da política comercial*. No domínio da simplificação, defendeu a aceleração dos chamados “*omnibus*” legislativos, uma revisão abrangente do acervo, o combate ao [gold-plating](#), maior recurso a regulamentos em detrimento de diretivas, a limitação de atos delegados a matérias estritamente técnicas e a introdução de cláusulas de caducidade, acompanhadas de um relatório anual sobre simplificação e redução de custos. Anunciou a proposta de um “**28.º regime**” (EU Inc.), que permita criar e gerir empresas de forma totalmente digital e com um conjunto único de regras, bem como a conclusão da primeira fase da União das Poupanças e dos Investimentos até junho.

A Presidente salientou que, caso não se verifiquem progressos suficientes, poderá ser considerada a cooperação reforçada como solução de recurso, permitindo que pelo menos nove Estados-Membros avancem mais rapidamente, quer na União das Poupanças e dos Investimentos, quer eventualmente no 28.º regime. Defendeu igualmente a revisão das orientações em matéria de concentrações para permitir o surgimento de “*verdadeiros campeões europeus*” e anunciou a apresentação de um *Industrial Accelerator Act*, incluindo uma eventual preferência europeia em setores estratégicos. No pilar da energia, indicou que serão definidos calendários para o pacote das redes e que serão avaliadas opções quanto ao desenho do mercado e ao sistema de formação de preços, bem como uma revisão do regime de comércio de licenças de emissão. No domínio digital, confirmou avanços no *Digital Networks Act*, na carteira empresarial digital europeia e num futuro pacote de soberania tecnológica, incluindo um “*Chips Act 2.0*” e iniciativas em computação em nuvem e inteligência artificial. Por fim, destacou a importância de uma política comercial ativa e diversificada para sustentar o Mercado Único.

### Cimeira Industrial de Antuérpia

Na véspera do retiro informal de Alden Biesen, mais de 500 dirigentes empresariais europeus, representando cerca de 1 300 empresas dos setores da química, do aço, do vidro e da indústria farmacêutica, reunidos em Antuérpia na **Cimeira Europeia da Indústria**, dirigiram aos líderes da União o denominado “***Apelo de Antuérpia***” ([aqui](#)), qualificando o momento como existencial para a indústria europeia. No documento, defenderam a redução dos preços da eletricidade — superiores aos verificados na China e nos Estados Unidos —, a adoção de regulamentação equilibrada que evite encargos administrativos excessivos, a garantia de condições equitativas no comércio internacional e um melhor acesso ao financiamento. Apelaram ainda à celebração de acordos comerciais que assegurem o acesso a matérias-primas essenciais e a novos mercados, à plena utilização dos instrumentos de defesa comercial para combater a concorrência desleal e prevenir a deslocalização de emissões de carbono, bem como à promoção de uma preferência por produtos europeus, inclusive através da contratação pública e de iniciativas de compradores privados apoiadas pela União. O texto sublinhou igualmente a necessidade de maior transparência nas pegadas carbónicas e de reforço da procura por bens com emissões líquidas nulas e provenientes da economia circular.

O Presidente francês, Emmanuel Macron, defendeu a criação de uma capacidade comum de endividamento, através de “*obrigações europeias para o futuro*”, para financiar investimentos estratégicos, advertindo para o risco de marginalização europeia nos domínios da defesa, das tecnologias da transição ecológica e da inteligência artificial. Alemanha, Itália e Bélgica apresentaram um documento conjunto ([aqui](#)) centrado na integração do Mercado Único, na simplificação normativa, na redução dos preços da energia e numa política comercial ambiciosa e pragmática, defendendo que eventuais regimes de preferência europeia sejam excecionais e proporcionados; a Alemanha divulgou ainda um documento próprio ([aqui](#)), propondo medidas concretas como a introdução de uma declaração eletrónica de destacamento de trabalhadores.

## 2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

### Propostas para enfrentar a crise da habitação na União Europeia

No contexto de uma crise habitacional persistente, que afeta milhões de europeus com dificuldades de acesso a habitação condigna, sustentável e financeiramente acessível, o Parlamento Europeu criou, em dezembro de 2024, uma [Comissão Especial sobre a Crise da Habitação na União Europeia](#), incumbida de mapear necessidades, analisar políticas existentes e apresentar soluções estruturais no quadro do futuro Plano Europeu para Habitação Acessível (estudo com o mapeamento disponível [aqui](#)).

No seu relatório final, agora adotado, os Deputados colocam o reforço da oferta no centro da resposta europeia, defendendo um enquadramento legislativo que assegure a viabilidade e a redução dos custos de construção de novas habitações, bem como uma mobilização mais eficaz dos instrumentos financeiros da União (detalhe [aqui](#)). As principais propostas incluem (detalhe [aqui](#))

- Canalização de verbas do Plano Europeu para Habitação Acessível para eficiência energética, combate à pobreza energética e definição de padrões exigentes para novas habitações;
- Regulação equilibrada do arrendamento de curta duração, conciliando turismo e acessibilidade nas cidades;
- Reforço da habitação pública e social, com maior proteção a grupos vulneráveis;
- Incentivos fiscais e eliminação de barreiras para apoiar rendimentos baixos e médios, facilitar a primeira habitação e promover arrendamentos de longa duração acessíveis;
- Melhor mobilização de fundos europeus, incluindo reafetação de verbas do MRR e ajustamento das regras de auxílios de Estado para facilitar investimento público;
- Simplificação administrativa, com digitalização de procedimentos e prazo máximo de 60 dias para licenciamento;
- Reforço da base industrial europeia da construção, promovendo inovação e requisitos mínimos de origem europeia em projetos cofinanciados;
- Valorização do trabalho no setor, com formação, mobilidade intra-UE e reconhecimento de qualificações.

### Aprovação de empréstimos de 90 mil milhões de euros para a Ucrânia

O Parlamento Europeu aprovou, em processo de urgência, três atos legislativos que permitem a concessão de um empréstimo da União Europeia no montante de 90 mil milhões de euros à Ucrânia para 2026 e 2027 (detalhe [aqui](#)), conforme acordado no Conselho Europeu de 18 de dezembro de 2025 e proposto pela Comissão em 14 de janeiro de 2026 ([aqui](#)). O pacote (textos legislativos [aqui](#)), que cobre cerca de dois terços das necessidades financeiras estimadas, destina 30 mil milhões de euros a assistência macrofinanceira e apoio orçamental através do Mecanismo da UE para a Ucrânia e 60 mil milhões de euros ao reforço das capacidades de defesa, incluindo aquisição célere de equipamento militar, com derrogações específicas quando necessário. O financiamento será assegurado por emissão de dívida comum da UE, garantida pelo orçamento plurianual, sendo o capital reembolsado pela Ucrânia após eventual receção de reparações de guerra da Rússia; a assistência está sujeita a condicionalidade rigorosa em matéria de Estado de direito, direitos humanos e combate à corrupção. Dado que Chéquia, Hungria e Eslováquia não participaram, o pacote foi adotado por cooperação reforçada, aguardando-se a adoção formal pelo Conselho para permitir o primeiro desembolso. O think-tank do PE disponibilizou um estudo sobre o apoio à Ucrânia em 2026/27 ([aqui](#)).

### **Deputados apelam a apoio militar imediato à Ucrânia após visita a Kyiv**

Uma delegação de cinco membros da Comissão da Segurança e Defesa (SEDE) do Parlamento Europeu deslocou-se a Kyiv nos dias 5 e 6 de fevereiro, sob a liderança de Marie-Agnes Strack-Zimmermann, para avaliar a situação no terreno antes da votação do pacote de empréstimo de apoio à Ucrânia (detalhe [aqui](#)). Durante a visita, os Deputados reuniram-se com representantes do Governo, do Gabinete do Presidente, da Verkhovna Rada, da sociedade civil e da indústria de defesa, constatando a inexistência de sinais de cessar-fogo, com alertas aéreos frequentes e ataques continuados contra infraestruturas civis e energéticas, que deixaram milhares de pessoas sem aquecimento e eletricidade em pleno inverno. As autoridades ucranianas manifestaram reconhecimento pelo apoio da União e interesse em participar em iniciativas como o Programa Europeu da Indústria de Defesa (EDIP) e o instrumento SAFE, bem como expectativa quanto ao pacote que prevê 60 mil milhões de euros para necessidades urgentes de defesa. A delegação reiterou que o Parlamento utilizará os seus poderes legislativos e orçamentais para reforçar o apoio militar à Ucrânia e promover a integração da sua indústria na base industrial de defesa da UE, tendo ainda sido informada sobre o contributo da Missão de Aconselhamento da UE, no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa, para as reformas do setor da segurança civil e o processo de adesão à União.

### **Compromisso sobre aplicação do acordo comercial UE–Estados Unidos**

Os relatores do Parlamento Europeu para as relações UE–Estados Unidos, na Comissão do Comércio Internacional (INTA), alcançaram em Estrasburgo um acordo de princípio sobre a aplicação do acordo comercial bilateral celebrado no verão de 2025, fixando em março de 2028 o termo de vigência do regulamento que enquadra a redução ou eliminação de direitos aduaneiros sobre determinados produtos norte-americanos. O relator principal, Bernd Lange, afirmou que a solução “*dá tempo suficiente para avaliar a situação*”, recordando que o Supremo Tribunal dos Estados Unidos ainda deverá pronunciar-se sobre a legalidade das tarifas de 15% aplicadas à maioria dos produtos europeus e sobre a compatibilidade do acordo com as regras da OMC. O compromisso prevê igualmente a reintrodução de tarifas sobre aço e alumínio dos EUA caso não sejam reduzidas, no prazo de seis meses, as sobretaxas impostas a mais de 400 produtos europeus derivados do aço, bem como a possibilidade de suspender o regulamento em caso de violação da soberania territorial de Estados-Membros da UE, num contexto de declarações do Presidente norte-americano, Donald Trump, relativas à Gronelândia. Foi ainda prevista, a pedido dos Verdes/ALE, a associação entre a eventual ativação do instrumento anti-coerção e a suspensão imediata das reduções tarifárias, tendo a relatora Željana Zovko considerado que o texto assegura “clareza e estabilidade” às empresas e um enquadramento equilibrado das relações comerciais transatlânticas.

### **Eslováquia - debate sobre o estado de Direito**

No debate ([aqui](#)) em sessão plenária sobre o Estado de direito, os direitos fundamentais e a eventual utilização indevida de fundos da União na **Eslováquia**, a Presidência reiterou que o respeito pelo Estado de direito constitui condição essencial para a execução do orçamento da UE e para o cumprimento do princípio da boa gestão financeira. A Comissão apresentou a sua avaliação da situação no país, incluindo procedimentos de infração em curso na sequência da extinção do Organismo de Proteção de Denunciantes e preocupações relacionadas com alegações de corrupção (notícia [aqui](#)). O Comissário responsável salientou os desenvolvimentos positivos decorrentes de alterações legislativas relativas ao estatuto dos juízes, adotadas em setembro de 2025, mas identificou igualmente questões pendentes quanto às garantias de independência do Conselho Judicial, a recentes revisões constitucionais, ao encerramento de agências anticorrupção e à aplicação do Regulamento Europeu para a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, no âmbito de um diálogo em curso com as autoridades eslovacas.

### Parcerias de Defesa

Num contexto de agravamento do ambiente de segurança europeu, considerado o mais grave desde a Segunda Guerra Mundial, o PE aprovou um relatório que defende o reforço e a expansão das Parcerias de Segurança e Defesa da UE como instrumento central para enfrentar ameaças emergentes e consolidar o papel estratégico da União (detalhe [aqui](#)). O texto identifica a Rússia — apoiada pelo Irão, Coreia do Norte e Bielorrússia — como a principal ameaça, aponta desafios híbridos e cibernéticos e qualifica a China como concorrente estratégico, sublinhando que estas parcerias são “*uma necessidade e não uma opção*”, complementares à NATO, “*pedra angular da defesa coletiva*”. O relatório preconiza maior cooperação UE–NATO, desenvolvimento de capacidades interoperáveis e contratação conjunta, reforço das parcerias com Reino Unido, Noruega e Canadá e prioridade estratégica à Ucrânia, defendendo apoio sustentado e o uso de ativos russos congelados, sendo que, nas palavras do relator, “*o apoio à Ucrânia é a pedra angular da defesa da UE*” e a autonomia estratégica depende de “*capacidades concretas, interoperabilidade, dissuasão e resiliência*”.

### Presidente da AGNU - reforço do multilateralismo e da ordem internacional baseada em regras

No plenário do PE, a Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Annalena Baerbock, apelou a um apoio firme da União Europeia às Nações Unidas e à ordem internacional baseada em regras, num contexto de crises e instabilidade geopolítica (detalhe [aqui](#)). Assinalando os 80 anos da ONU, defendeu a renovação do compromisso com o multilateralismo e a defesa da democracia face à desinformação e a conteúdos manipulados, incluindo “*deepfakes*”, sublinhando a responsabilidade da Europa na proteção da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, bem como na construção de alianças inter-regionais.

Destacou ainda o envolvimento económico global como investimento estratégico, saudando acordos com o Mercosul e a Índia e o apoio à Área de Comércio Livre Continental Africana. Perante a crise financeira da ONU, apelou a um apoio robusto ao processo de reforma “*UN80*”, ao cumprimento atempado das contribuições financeiras e ao avanço da reforma do sistema financeiro internacional para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reiterando igualmente a necessidade de promover candidaturas femininas ao cargo de Secretário-Geral, que em 80 anos foi sempre ocupado por homens.

### Outros debates e resoluções

- [Independência dos Bancos Centrais](#)
- [Pedidos de asilo: novas regras para países terceiros seguros e a lista comum de países seguros](#)
- [Mercosul: Parlamento aprova cláusulas adicionais de salvaguarda para proteger a agricultura da UE](#)
- [Medidas para proteger o setor do vinho](#)
- [Propostas do Parlamento para erradicar a pobreza na União Europeia até 2035](#)

## 3. REUNIÕES DOS MINISTROS DA DEFESA DA NATO E DA UE

### NATO

Na sequência da reunião dos Ministros da Defesa da NATO (detalhe [aqui](#)), realizada a 12 de fevereiro, o Secretário-Geral Mark Rutte saudou os progressos registados pelos Aliados no cumprimento do compromisso de investir 5% do PIB em defesa, assumido na Cimeira de Haia, destacando não apenas a evolução orçamental, mas uma “*mudança real de mentalidade*” e uma maior assunção de responsabilidades por parte dos Aliados europeus. Sublinhou que o reforço da dissuasão e defesa coletivas exige igualmente um aumento da produção industrial e da inovação tecnológica, apelando ao desenvolvimento de capacidades e cadeias de produção em ambos os lados do Atlântico, bem como ao aprofundamento da cooperação multinacional. Assinalou ainda o



acordo sobre uma nova distribuição de cargos de oficiais superiores na Estrutura de Comando da NATO, com maior responsabilidade atribuída a Aliados europeus, como exemplo de partilha equilibrada de encargos.

- ***Apoio continuado à Ucrânia e coordenação internacional***

No âmbito da reunião do Conselho NATO-Ucrânia, o Ministro da Defesa ucraniano apresentou a situação no terreno e as necessidades urgentes do país, nomeadamente em matéria de defesa aérea, tendo o Secretário-Geral reiterado que o apoio da Aliança, inclusive através da *Prioritised Ukraine Requirements List*, se manterá firme. Após a reunião ministerial, teve lugar na sede da NATO uma sessão do *Ukraine Defence Contact Group*, copresidida pelos Ministros da Defesa da Alemanha e do Reino Unido, que reuniu cerca de 50 países para coordenar assistência militar adicional.

- ***Apoio continuado à Ucrânia e coordenação internacional***

No Conselho NATO-Ucrânia, o novo Ministro da Defesa ucraniano apresentou a evolução da situação no terreno e as necessidades prioritárias, nomeadamente em matéria de defesa aérea, tendo sido reiterado que o apoio aliado se manterá firme, incluindo através da *Prioritised Ukraine Requirements List*. Após a reunião ministerial, realizou-se igualmente um encontro do *Ukraine Defence Contact Group*, copresidido pela Alemanha e pelo Reino Unido, que reuniu cerca de 50 países para coordenar assistência militar adicional. Foi reafirmado que a Ucrânia não poderá sustentar isoladamente o esforço de guerra nem assegurar uma paz duradoura, sublinhando-se a continuidade do apoio político, financeiro e militar por parte dos Aliados.

- ***Reforço da presença da NATO no Mar Báltico e no Ártico***

No domínio da segurança regional, oito Aliados — Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Letónia, Lituânia, Polónia e Suécia — acordaram acelerar a aquisição e integração de capacidades tecnológicas multidomínio para operações navais no Mar Báltico, aprofundando a experiência da *Task Force X-Baltic* no recurso a sistemas autónomos e soluções baseadas em inteligência artificial para reforçar a vigilância marítima, a consciência situacional e a proteção de infraestruturas submarinas críticas. Paralelamente, foi lançada a iniciativa multidomínio “*Arctic Sentry*”, destinada a reforçar a postura da NATO no Ártico e no Alto Norte, face ao aumento da atividade militar russa e ao crescente interesse estratégico da China na região. Sob liderança do Comando Conjunto de Forças de Norfolk, a iniciativa integrará exercícios de grande escala, como o “*Arctic Endurance*” e o “*Cold Response*”, envolvendo dezenas de milhares de militares e respetivos meios, com o objetivo de articular num quadro operacional coerente as atividades da Aliança nestas regiões e reforçar a capacidade de dissuasão e a segurança coletiva em espaços estratégicos de importância crescente. Detalhe [aqui](#).

- ***Novas iniciativas multinacionais de capacidades***

No domínio do desenvolvimento de capacidades, foram lançadas quatro iniciativas multinacionais (detalhe [aqui](#)). Sete Aliados — Bélgica, Dinamarca, França, Países Baixos, Noruega, Turquia e Reino Unido — acordaram reforçar a defesa contra mísseis balísticos mediante a aquisição conjunta de sensores, interceptores e sistemas de controlo táctico, no quadro da Defesa Aérea e Antimíssil Integrada. Cinco países — Dinamarca, Lituânia, Países Baixos, Polónia e Turquia — avançarão com capacidades inovadoras de ataque de precisão baseadas em drones, explorando mecanismos de desenvolvimento e aquisição mais céleres e inclusivos. Quinze Aliados — Albânia, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Países Baixos, Noruega, Polónia, **Portugal**, Roménia, Eslováquia, Suécia e Turquia — analisarão soluções multinacionais para reforçar a resiliência e interoperabilidade do poder aéreo, incluindo certificação, manutenção e adaptação técnica em contexto de crise. Por fim, a Suécia aderiu ao projeto Air Battle Decisive Munitions (ABDM), elevando para 17 os participantes numa iniciativa destinada a facilitar a aquisição conjunta de munições aéreas e a reforçar a interoperabilidade, confirmando a aposta da Aliança na cooperação multinacional para acelerar capacidades e reforçar a dissuasão coletiva.

### Instrumento SAFE: assistência financeira e participação do Canadá

O Conselho adotou decisões de execução que viabilizam a concessão de assistência financeira ao abrigo do Instrumento SAFE a oito Estados-Membros, incluindo **Portugal**, abrindo caminho à disponibilização da primeira vaga de empréstimos de longo prazo e a taxas favoráveis. O Instrumento SAFE, criado no âmbito do Plano «*ReArm Europe/Prontidão 2030*» e adotado em maio de 2025, destina-se a apoiar investimentos urgentes e de grande escala na Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, promovendo a contratação conjunta e o reforço de capacidades prioritárias. No mesmo contexto, o Conselho autorizou a assinatura do acordo bilateral com o Canadá, que se tornará o primeiro país não europeu a participar no SAFE.

O apoio concedido a Portugal no âmbito da primeira vaga do SAFE está mencionado no quadro acima (detalhe [aqui](#)), e tem como finalidade o financiamento de investimentos na produção industrial de defesa, aquisição conjunta de capacidades prioritárias e reforço da prontidão operacional, no quadro da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia.

### Assistência financeira no âmbito da primeira vaga do Instrumento SAFE

| País      | Montante máximo do empréstimo | Pagamento de pré-financiamento |
|-----------|-------------------------------|--------------------------------|
| BE        | 8 340 027 698,00 €            | 1 251 004 154,70 €             |
| BG        | 3 261 700 000,00 €            | 489 255 000,00 €               |
| CY        | 1 181 503 924,00 €            | 177 225 588,60 €               |
| DK        | 46 796 822,00 €               | 7 019 523,30 €                 |
| ES        | 1 000 000 000,00 €            | -                              |
| HR        | 1 700 000 000,00 €            | 255 000 000,00 €               |
| <b>PT</b> | <b>5 841 179 332,00 €</b>     | <b>876 176 899,80 €</b>        |
| RO        | 16 680 055 394,00 €           | 2 502 008 309,10 €             |

## 4. PARECER DA ADVOGADA-GERAL RELATIVO AO LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO DE FUNDOS À HUNGRIA

### Contexto

No âmbito do processo [C-225/24](#), Parlamento Europeu v. Comissão Europeia, a Advogada-Geral Tamara Čápetá propôs ao Tribunal de Justiça da União Europeia a anulação da decisão da Comissão de dezembro de 2023 que levantou a suspensão da transferência de cerca de 10,2 mil milhões de euros em fundos à Hungria.

No seu parecer ([aqui](#)), entende que a Comissão autorizou a libertação dos fundos antes de estarem plenamente em vigor e efetivamente aplicadas as reformas legislativas exigidas, designadamente no domínio da independência judicial, e que não demonstrou de forma adequada o cumprimento integral das condições previamente estabelecidas. A Advogada-Geral sustenta igualmente que a Comissão violou o dever de fundamentação previsto no artigo 296.º TFUE, ao não explicar suficientemente por que razão considerou preenchidos os requisitos definidos nas decisões de 2022, sublinhando que a obrigação de transparência se dirige não apenas ao Estado-Membro em causa, mas também aos cidadãos da União.

A reação do Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, foi crítica, qualificando como “*absurdo*” um eventual pedido de restituição dos montantes já disponibilizados. O seu diretor político, Bálaaz Orbán, enquadrou o parecer como uma resposta política à posição da Hungria quanto à adesão da Ucrânia à União, sugerindo que qualquer divergência face à linha dominante desencadeia reações jurídicas ao nível europeu. O processo reveste-se de particular sensibilidade política, na medida em que a decisão final do Tribunal poderá estabelecer



um precedente quanto à margem de apreciação da Comissão na avaliação do respeito pelo Estado de direito como condição para a execução orçamental da União.

### O parecer da Advogada-Geral

A Advogada-Geral argumenta em torno de três fundamentos principais invocados pelo Parlamento:

**a) Aplicação incorreta das condições estabelecidas:** a Advogada-Geral considera que, uma vez definidos pela Comissão requisitos específicos a cumprir pela Hungria para assegurar a conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais — nomeadamente em matéria de independência judicial —, a Comissão não poderia autorizar o pagamento enquanto cada uma dessas condições não estivesse cumprida e efetivamente aplicada.

Entende que a Comissão:

- Autorizou a libertação dos fundos sem que as reformas legislativas exigidas estivessem plenamente em vigor ou em aplicação efetiva;
- Não procedeu a uma avaliação adequada das reformas relativas à independência da Kúria (Supremo Tribunal da Hungria); às nomeações judiciais para o Alkotmánybíróság (Tribunal Constitucional); à eliminação de obstáculos à apresentação de reenvios prejudiciais ao Tribunal de Justiça;
- Não analisou suficientemente desenvolvimentos legislativos suscetíveis de comprometer ou neutralizar os objetivos das reformas anunciadas.

Conclui, por conseguinte, que a Comissão aplicou incorretamente os requisitos por si própria estabelecidos.

### b) Violação do dever de fundamentação (artigo 296.º TFUE)

Quanto ao segundo fundamento, a Advogada-Geral entende que a Comissão não apresentou fundamentação adequada para justificar o afastamento das exigências fixadas anteriormente. Salienta que:

- A decisão de libertar fundos públicos da União envolve interesses públicos alargados; A Comissão tem o dever de explicar, de forma clara e transparente, por que considera satisfeitas as condições impostas; Essa obrigação de fundamentação é devida não apenas ao Estado-Membro beneficiário, mas aos cidadãos da União no seu conjunto, especialmente quando a suspensão anterior se baseara em preocupações relativas ao Estado de direito.

Assim, considera que houve violação do dever de fundamentação.

### c) Alegado desvio de poder

No que respeita à acusação de desvio de poder, a Advogada-Geral entende que os argumentos apresentados pelo Parlamento não foram suficientemente substanciados, propondo a sua improcedência.

Recorde-se que a opinião da advogada-geral não é vinculativa, e servirá de orientação aos juízes para a decisão final, a proferir nos próximos meses.

## 5. EUROBARÓMETRO - CATÁSTROFES NATURAIS

O mais recente Eurobarómetro do PE ([aqui](#)) revela que os portugueses são os cidadãos da União mais preocupados com as catástrofes naturais agravadas pelas alterações climáticas (91%, face a 66% na média da UE), seguidas dos fluxos migratórios descontrolados (88%), num contexto em que a maioria dos europeus manifesta apreensão quanto a conflitos, terrorismo, ciberataques e instabilidade global. Em Portugal, 96% dos inquiridos defendem maior unidade entre os Estados-Membros e 94% consideram que a UE deve assumir um papel mais ativo, entendendo 90% que necessita de mais recursos para enfrentar ameaças internacionais. Paralelamente, o

custo de vida permanece uma prioridade central, com 72% dos portugueses a reportarem dificuldades frequentes no pagamento de despesas e 58% a apontarem a inflação como tema prioritário para o Parlamento Europeu. Apesar das preocupações, Portugal destaca-se pelo elevado apoio à integração europeia: 69% têm uma imagem positiva da UE, 57% do Parlamento Europeu — a mais elevada entre os Estados-Membros — e 84% consideram positiva a pertença à União, valor que sobe para 96% entre os jovens dos 15 aos 24 anos.

## 6. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 2 de fevereiro [Reunião informal dos ministros da Competitividade: \(Mercado Interno e Indústria\), 2-3 de fevereiro de 2026](#); [Videoconferência informal dos ministros responsáveis pela Habitação](#); 5 de fevereiro - [Reunião informal dos ministros do Ambiente](#); 11 de fevereiro [Conselho Defesa](#); 13 de fevereiro - [Reunião informal dos ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais](#).

## 7. AGENDA

### Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade externa do PE.

### Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [18 de fevereiro](#).

### Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 16 de fevereiro - [Eurogrupo](#); 17 de fevereiro [Conselho ECOFIN](#).

Bruxelas | 13 de fevereiro de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)